



NOTA DE APOIO AOS POVOS GUARANI E KAIOWÁ E DE REPÚDIO À VIOLÊNCIA POLICIAL COMETIDA CONTRA INDÍGENAS EM MATO GROSSO DO SUL

O Conselho do Povo Terena e o Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal vêm a público manifestar apoio e solidariedade às irmãs e aos irmãos dos povos Guarani e Kaiowá, especialmente das comunidades que seguem nas lutas pela regularização fundiária de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. Suas justas reivindicações incidem sobre territórios dos quais é sabido que famílias e comunidades foram forçosamente removidas desde, pelo menos, o século XX, como verificado nos municípios de Amambai, Antônio João, Caarapó, Dourados, Douradina e outros.

Essas áreas têm sido objeto de estudos científicos, cujos resultados atestam o que já sabíamos, isto é, que são terras tradicionalmente ocupadas, conforme definido pelo Art. 231 da Constituição Federal de 1988. Portanto, as lutas pela terra dos povos indígenas não têm a ver com a invasão de terras alheias, pelo contrário. Estão associadas à retomada de terras invadidas, roubadas, saqueadas, esbulhadas e devastadas por brancos de alhures. Fosse para invadir terras alheias, teríamos que ir para a Europa, e lá invadir as terras dos brancos porque aqui, nas Américas, somos nós os povos originários, e não eles.

Vale registrar que não somos avessos ao trabalho livre, pelo contrário. Somos contrários ao trabalho escravo e à servidão por dívidas, como ainda ocorre no estado. Também somos contrários à destruição dos recursos ambientais disponíveis na Mãe Terra. Tradicionalmente, costumamos reservar parte das terras retomadas para a recuperação ambiental, haja vista que somos especialistas no plantio e manejo de matas e florestas. Fazemos isso em defesa da Mãe Terra e para salvar os povos originários e a humanidade de catástrofes decorrentes da crise climática, diferentemente do que fazem ruralistas anti-indígenas, ligados ao agronegócio e à ideia da busca desmedida pelo lucro sem fim. Para nós, a Mãe Terra não é uma coisa ou um bem para ser comercializado. Ela é sagrada, ancestral e parente, e por ela seguiremos a lutar. Fazemos isso desde quando os primeiros invasores europeus colocaram os pés nessas terras sagradas, na década de 1520. Séculos depois, seguindo a tradição, milhares de nossos antepassados derramaram o próprio sangue na resistência contra a invasão de tropas militares inimigas na antiga Província de Mato Grosso, durante a chamada Guerra do Paraguai (1864-1870). Mesmo assim, muitos brancos costumam dizer que seríamos estrangeiros (paraguaios ou bolivianos) em nossa própria casa. Pura mentira!

Além disso, os dois Conselhos repudiam de maneira veemente o governo de Mato Grosso do Sul e os policiais militares da Tropa de Choque, envolvidos nos violentos e assimétricos conflitos registrados nos últimos anos, como verificado no dia 22 de outubro de 2025 na Terra Indígena Guýraroká, em Caarapó, com mais de dez patrícios ou parentes covardemente feridos por tiros. Este repúdio denuncia o *modus operandi* oficial, colonialista e racista, de defender a propriedade privada ilícita da terra, haja vista que a origem da cadeia dominial dos imóveis que incidem



Conselho do Povo Terena

Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal



sobre terras indígenas costuma estar repleta de vícios. Significa dizer que o governo estadual, comumente nas mãos de pessoas brancas vindas de alhures, sistematicamente está do lado da branquitude vinculada à legalização ilícita da propriedade privada da terra. Por isso, forças policiais estaduais não costumam combater fazendeiros associados a incêndios florestais dolosos e outros crimes ambientais, tampouco combatem a privatização criminosa de terras públicas, como verificado no Pantanal. Sistematicamente servem às elites econômicas e políticas regionais, atuando com violência contra pessoas e comunidades pobres que lutam pelo bem-viver, como é o caso das comunidades indígenas.

Por tudo isso, o Conselho do Povo Terena e o Conselho de Lideranças do Povo Guató no Guadakan/Pantanal manifestam apoio incondicional às lutas dos povos Guarani e Kaiowá e às lutas de todos os povos originários em defesa da Mãe Terra, onde somos o que somos e nela queremos viver de acordo com o bem-viver de cada comunidade, ou seja, viver em paz, com saúde, abundância de alimentos, harmonia na vida em comunidade e em equilíbrio com o ambiente, segundo nossos usos, costumes e tradições.

Mato Grosso do Sul, 24 de outubro de 2025.

Valcélcio Figueiredo
Coordenação do Conselho do Povo Terena

Dalva Maria de Souza Ferreira
Coordenação do Conselho de Lideranças do Povo Guató no
Guadakan/Pantanal